

Necessárias reflexões urbanas

(Reparando as ruas de São Tomé)*

Por Xavier Muñoz-Torrent, geógrafo



Uma das primeiras decisões tomadas pelo Governo de Patrice Trovoada, e noticiadas pela imprensa nacional, foi o anúncio da próxima reparação dos principais passeios da Cidade de São Tomé. Os meus parabéns pela iniciativa, especialmente se constitui o tiro de partida da implementação de novas e integradas políticas urbanas. Com certeza, é preciso atuar com urgência na reabilitação dessas magníficas avenidas, dessas históricas ruas, praças e largos, desses emblemáticos espaços de intercâmbio e relação, para conferir à antiga "Poçom", ao menos formalmente, o aspecto de urbe organizada e pulcra, e que deve desempenhar, para além disso, as funções de cidade-capital de um Estado moderno. Essa é, no entanto, uma notícia que, por demasiado óbvia, deveria ter pouco de extraordinário para uma cidade que suporta o peso da administração da República e é sede do setor financeiro e das principais empresas e mercados, se não fosse pela escassa atenção dispensada pelas autoridades nestes últimos anos à conservação e ao desenvolvimento urbano.

A Cidade de São Tomé tem na atualidade uma imagem desluzida, bagunçada, remendada e às vezes suja: império de buracos e poeira, de jardins por cuidar e calçadas inacabadas ou sem manutenção, de acumulação de lixo e de charcos de águas pestilentas, de mercados transbordantes, de navios meio afundados na baía, de varandas a cair, de tráfico incontrolado e inseguro, de ruas escuras e mortas ao anoitecer,... Como se não bastasse, nos dias correntes, a tudo isto se associa os restos da propaganda eleitoral que desfeiam, sem compaixão, os muros e paredes de edifícios singulares e monumentos e que nos transmitem um "vale tudo" indiscriminado. A cidade nos está a oferecer um urbanismo esquecido, indolente, de construção a meio fazer, frente aos vestígios de antigas lindezas e às oportunidades dos últimos tempos, às suas desaproveitadas potencialidades. Uma espetacularidade que se desvanece no exasperante desleixo, na pobreza crescente e nas ruínas do que já foi ou do que poderia ser (apenas dois exemplos: São Tomé tem um centro histórico de considerável interesse e uma preciosa fachada marítima -a Marginal- que ainda não foram objeto de especial intervenção pública no seu conjunto, quando poderiam fundamentar uma política de promoção da cidade e de desenvolvimento de novas atividades econômicas). E essa é uma imagem decadente que afeta as percepções e as condutas dos cidadãos, a própria auto-estima e ao sentimento de pertença ao lugar, a própria legitimação dos poderes públicos, à urbanidade toda; de aí também a necessidade de atuar a bom ritmo, não apenas por estética, senão por uma básica razão de funcionalidade coletiva.

* Artigo publicado no *Correio da Semana*, Cidade de São Tomé (R.D. São Tomé e Príncipe, África Occ.), 29 de Setembro de 2010

Mais ainda, a notícia sobre a reparação das ruas foi acompanhada por outras, nos dias sucessivos, que falam da necessidade de combater o incivismo e tão acúmulo de lixo, já apontando a medidas paliativas ou coercitivas; ou, de forma mais edificante, as que anunciam novos projetos de cooperação que deverão incidir ainda no âmbito de políticas setoriais, tais como as de habitação social, da saúde pública ou da promoção e do desenvolvimento da economia local.

Entretanto, esse pacote de intenções provoca aos olhos do bom observador duas reações simultâneas. Por um lado, surpreende positivamente (a alguns com certo cepticismo) a abordagem a tão importante e dilatado assunto que é o condicionamento da estrutura urbana de São Tomé às funções de verdadeira cidade-capital; questão, por tanto, nada desprezível na mensagem política a todos os níveis, que pressupõe mexer os pilares mais básicos do urbanismo e das suas infra-estruturas e serviços, evocando talvez o horizonte estratégico de antecipar o futuro desejável para uma cidade que cresce a passos de gigante, e que o faz aparentemente sem medida nem ordem. Estamos a falar de um crescimento em densidade da população, da habitação, da atividade econômica, em ocupação da terra, etc; mas também dos seus efeitos imediatos como o sintomático aumento da mobilidade cotidiana e o espetacular impacto sobre o ambiente local da saturação diária do tráfego motorizado no eixo comercial da cidade; também, por tanto, do uso excedido e da contínua erosão das fracas infra-estruturas urbanas.



Plano do projeto de urbanização de São Tomé, nos anos 50
Algumas das reformas propostas nunca foram executadas,
como a via de circunvalação

Debate-se, por conseguinte, se é possível uma conversão do lugar "sem condições" numa *urbs* organizada, isto é a entender o conceito de cidade desde o ponto de vista mais formal, mais da estética visual do cenário onde se desenvolve a vida cidadã; também mais da carcaça que se mostra ao exterior, a principal postal do país. E é bom que as autoridades decidam seriamente em

dar soluções a esse *hard* urbano, sem menosprezo da necessária conciliação da função residencial e produtiva, por forma a evitar a anarquia que caracteriza o crescimento das grandes cidades africanas e que tantos problemas gera, e não apenas de ordem paisagística, senão também no aspecto da sua sustentabilidade ambiental, econômica e social. Mas quiçá as lógicas sejam outras, impossíveis na conceição dos urbanistas clássicos, as presentes na cidade africana pós-colonial, que podem demandar outro tratamento, outras fórmulas de gestão enfocadas a prover o bem público.



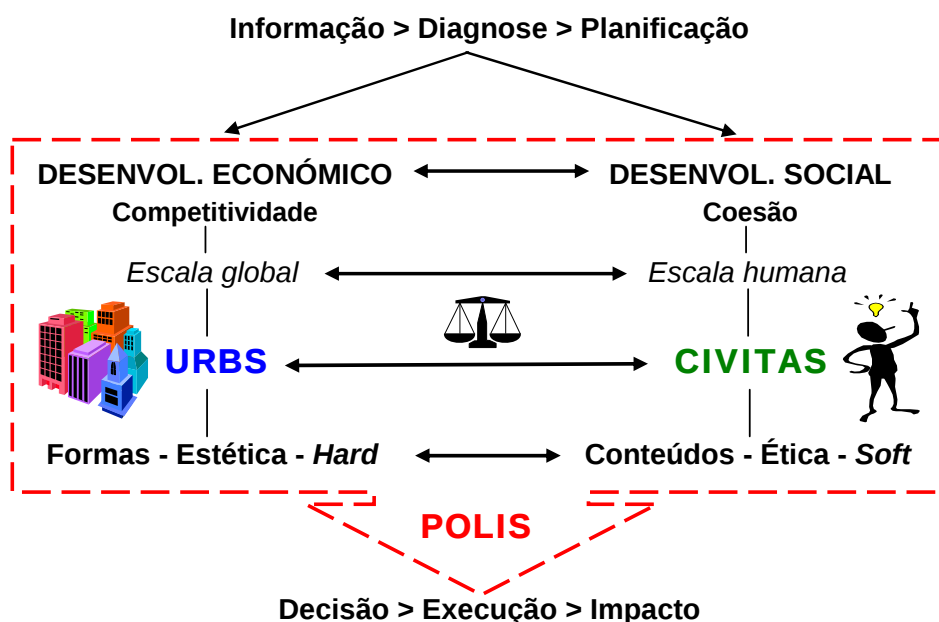
Imagem satélite da estrutura urbana da Cidade de São Tomé (Google Earth, dez. 2009, feita a primeira hora da manhã). Contraste entre as tramas dos bairros forros da esquerda (Riboque) e o centro da cidade (a cidade colonial). Também o enorme espaço que ocupa o novo mercado de Coco-Coco

Nesse sentido, recentemente inquirido sobre o futuro da Cidade, Kney dos Santos, presidente da Câmara *in pectore*, nos confessava que essas preocupações estariam na agenda política da nova equipe municipal, e que é prioritário pôr ordem á proliferação da economia informal, criar trabalho e dar solução com prontidão ao problema do aumento exponencial do trânsito, gerado principalmente pela inflação e desregularização do setor dos taxis e dos motoqueiros e por uma exígua rede de transporte público coletivo. Isso reclama necessariamente a atenção pública e a aplicação de uma boa governação que exponha publicamente os problemas, os analise, defina as causas e os resolva, considerando efeitos e alternativas, e avalie os resultados e impactos, com a co-responsabilidade de todas as partes implicadas. Kney dos Santos assumia encarar problemas complexos, empolados por anos de abandono ou objeto de esforços consideráveis, mas inconstantes e insuficientes; também em relação às dificuldades em recursos disponíveis, mas também em déficit cívico dos utentes de um espaço urbano que deveria mudar a melhor (Kney confia muito no envolvimento da juventude nesse processo)... E esse é, com certeza, um grande desafio.

Efetivamente, na cidade nem todo é *hard*. Esse início de etapa de ordem urbanizadora deve acompanhar-se também pela assunção de um conceito *soft*, de conteúdo, que se identifica com a idéia da *civitas* romana. Paralelamente a

definir as formas e os volumes da cidade, a sua arquitetura, a sua paisagem, as suas infra-estruturas e serviços, é também preciso pôr em marcha ações que criem cidadania e sociedade civil, que criem escola e transmitam conhecimentos, mobilizem a participação e a co-responsabilização de residentes e usuários na geração do espaço comum, em fazer parte de um projeto integral de cidade, que a situe como núcleo organizador e capital do Estado, de lugar para viver ou trabalhar, que promova a coesão e a inclusão sociais; mas também que a distinga pela sua própria identidade. Estou a falar, por tanto, de questões de condição e de ordem básicas, mas também de caráter, de capacitação, de educação e de ética cidadã, de criação de espaço público, de inovação e arte, e de desbanalização das formas e estruturas e de valorização da figura da Cidade como uma obra de criação coletiva, eminentemente útil aos seus cidadãos.

Evolução do *decision-making* urbano



Da confluência das duas dimensões, *urbs* e *civitas*, e da vontade de dar soluções efetivas aos problemas, deve aparecer a idéia de *polis*, aquela sobre a qual nos fala constantemente Francisco Costa Alegre nos seus ensaios e que também imagina na fantasia surrealista dos seus romances: aquela cidade que se (re)organiza eticamente, que recupera as essências, capitaliza o seu conhecimento e se converte em cenário de criação de políticas públicas próprias, de bens coletivos, de palco para a política inovadora. A Cidade de São Tomé é para Costa Alegre onde residem "todas as esperanças" do país, o núcleo irradiante e multiplicador dos usos e costumes, de simbiose, de recuperação da dialética pausada e respeitosa no seu contraste com barulhentos comícios ou os poderosos boatos de feria que mediatizam opiniões, e, por tanto, a origem das "revoluções"; algo para o que tem tanta importância o traço das ruas como a valorização das tradições e das relações sociais. Atingir esse estágio de *polis* para São Tomé, sem perder o caráter africano, seria de fato a criação real do Estado. É essa *polis* criativa que Costa Alegre enfatiza nas suas obras; por exemplo, com o papel distintivo da mulher -

constante na articulação da sociedade e da economia-, ou o progresso da cultura própria, a africana e a crioula, em recriar a cidade, em fazê-la única, a própria da comunidade, diferente das outras. (Leia-se a obra de Costa Alegre desde essa interessante perspectiva cívica e imaginativa).

Mas da atuação do Ministério da matéria também se observa outro fato não menos transcendente: a iniciativa de urgência se tomava pelo Governo central. Se bem que a imagem e a ordem da capital seja uma questão de Estado, não passa despercebido que as coisas da cidade deveriam ser matéria das políticas da própria cidade e que a reparação das ruas não deveria empreender-se sem contar, como mínimo, com a concorrência das autoridades locais.

Este fato traz à debate outra questão essencial de governação: a concretização do desenvolvimento da autonomia local, prescrita na vigente Constituição da República e, com mais detalhe, na Lei-quadro 10/2005 de Revisão das Autarquias. Trata-se, por tanto, de uma questão de fortalecimento institucional que interessa ao “quem” e ao “como” do desenvolvimento político, na sua vertente mais territorial. Por tanto, trata-se de uma necessária discussão sobre como e quando desenvolver com eficácia o modelo de governação descentralizada, que ajude a multiplicar a construção do Estado desde o mesmo princípio da subsidiariedade administrativa, fazendo efetivas as funções executivas e traspassando recursos aos governos locais; para descarregar sobre esses as competências de decisão e de gestão que se podem exercer na escala mais próxima aos cidadãos. Assim, decisões e responsabilidades como a reparação e manutenção das ruas, a integração do centro com os bairros e os eixos comerciais, o equipamento básico da periferia, ou mesmo a organização da circulação rodoviária intra-urbana, revelam-se matéria do governo da cidade e não do executivo nacional.

Essa abordagem sugere, para além de mais, outros aspectos essenciais da organização do território. Por exemplo, a questão sobre a especial consideração da Cidade de São Tomé e a sua conurbação (o seu contínuo urbano de bairros e *luchans*) dentro do ordenamento territorial, ou sobre a adequação à realidade demográfica da atual divisão autárquica, ou sobre a refuncionalização das sedes das antigas roças, ou, mais ainda, sobre a dinamização da rede urbana, desde o ponto de vista do desenvolvimento local, económico e social. Junte-se a isso outras premissas como a adequação da divisão parcelar urbana e a correta atualização do registro da propriedade, e os reajustes do regime de posse da terra, que são fundamentos da ordenação do território, mas também do desenvolvimento da economia e da qualidade da vida familiar.

Ambas observações convidam à reflexão necessária sobre o desenvolvimento urbano, que pode ser *chave* para um momento como o atual, de início de mandato, do ansiado câmbio de ciclo, no qual se apresenta a revisão do mecanismo de “fazer Política” (com P maiúsculo), aquela referida à provisão de bens públicos. De fato, é nesse momento criativo que são necessárias idéias e opiniões pragmáticas e efetivas que tentem contemporizar o continente físico com o conteúdo social, a estética com a ética, a valorização histórica dos

lugares e das pessoas que viveram lá, os valores sociais que podem permitir organizar o espaço público e coletivo da forma mais eficaz possível.

Este é momento de lançar rápidos diagnósticos, em função não tanto de disponibilizar opiniões qualificadas de expertos estrangeiros, senão articulando um autêntico debate cidadão sobre o futuro da Cidade; plural, mas conciso e possibilista, como primeiro elemento da nova etapa, e sobre tudo, como base para atuar ao curto e ao médio prazo, isto é, para não ficar apenas pelas boas intenções.

Aos flashes lúcidos de Francisco Costa Alegre sobre os conteúdos morais e éticos, se agrega a interessante pesquisa que está a desenvolver o arquitecto Neco Bragança a partir da sua tese de mestrado (dosificada no seu blog *STPArquitectarte*) que compila o conhecimento sobre o património urbano, e que, sem dúvida, dá valor épico aos elementos da paisagem e ajuda descobrir a Cidade de São Tomé (e o fato urbano de todo o país), a recriar os seus usos e o funcionamento da sociedade à que serviram, e, além disso, a apreender muito da história própria, a criar consciência para mesmo aproveitá-la como um elemento que reforça a consistência das futuras políticas de promoção local, por exemplo, na reabilitação desses espaços, pensando em novos usos compatíveis com a sua preservação e sustento.

Estamos no prelúdio de um debate complexo e necessariamente abrangente (que alude a uma multiplicidade de aspectos gerais e específicos), que precisa também de uma síntese construtiva, para converter-se numa folha de rota útil para a ação. Faxicu e Neco já lançaram essas primeiras e necessárias reflexões urbanas, mas são apenas o aperitivo para quem, com critério e autoridade, tenha a capacidade de lançar também novas propostas sobre o conjunto urbano, sobre todo ou sobre as suas peças, físicas ou de conteúdo, e sobre os modelos e vias do seu financiamento. Como diria o "cozinheiro" João-Carlos Silva desde o seu púlpito mediático: a utopia, atingível, está servida!